

ASPECTOS FRONTEIRIÇOS ENTRE “SE” E “QUANDO”

MICHELLI BASTOS FERREIRA (FFP-UERJ)

RESUMO:

Sabe-se que a análise tradicional das cláusulas adverbiais condicionais pauta-se no pressuposto de que sua classificação sempre estaria relacionada à conjunção que a encabeça.

Tal análise mostra-se inadequada e insuficiente, entretanto, por não captar, na articulação das cláusulas com a porção de texto adjacente, outros tipos de relação que poderiam ser inferidos a partir do contexto em que a sentença é encontrada. Propõe-se, através de uma abordagem funcional-discursiva da relação hipotática de condição, no português brasileiro, mostrar que são possíveis algumas relações semânticas entre as condicionais e outros tipos de cláusulas, como, por exemplo, as temporais. Nesse caso, analisam-se somente as cláusulas de tempo introduzidas pelo conector “quando”.

Acredita-se que a leitura condicional das temporais encetadas pelo conector quando ocorre quando (i) o verbo da prótase apresenta o traço não-télico, ou o aspecto imperfectivo; (ii) veiculam eventos simultâneos ou sequenciais, tal como afirmou Neves (2000); (iii) implicam uma relação causal entre os eventos, segundo Reilly (1986); (iv) apresenta caráter factual, consoante às propostas de Hirata (1999).

Introdução

Esta pesquisa visa a uma abordagem de distintas formas de manifestação de condição em português, em especial aquelas sob forma de sentenças. Nessa perspectiva, além das orações que tradicionalmente são classificadas como “condicionais”, podem-se encontrar construções condicionais encabeçadas por conectivos que, prototipicamente, iniciam orações que constituem outros tipos de circunstância. Isso ocorre, por exemplo, em orações encabeçadas pela conjunção “quando”, que, a depender de certos traços, podem estabelecer relação de condição entre cláusulas.

Embora *a priori* as diferenças entre “se” e “quando” pareçam claras, percebe-se que, quando se tenta explicá-los nas línguas ou caracterizá-los exaustivamente em uma mesma língua, essa não é uma tarefa tão fácil como se imagina. Isso porque não há construções específicas em que muitos desses termos possam ser realmente aplicáveis. Dessa forma, a depender do contexto, uma cláusula pode ter tanto uma interpretação condicional ou temporal, por exemplo, mesmo quando a relação adverbial vem marcada por uma determinada conjunção, considerada típica de uma ou outra interpretação. Pode-se dizer, diante disso, que há sobreposição, ou ainda, *neutralização* desses uso(s), tornando-se difícil indicar de qual categoria se trata, o que impede a determinação de um sistema de classificação e uma análise apropriados.

Metodologia

Tal análise faz-se necessária na pesquisa por conta da significativa ocorrência dessas construções nos *corpora*, evidenciando que os enunciados que expressam relação de condição em português constituem-se também de orações temporais, que, além de sua habitual forma de interpretação, pode incluir a relação de condição. Veja-se, a seguir, a distribuição das 108 cláusulas de valor condicional encetadas pela conjunção *quando* nos *corpora* utilizados:

- *Corpus* D&G¹ – 48 dados (fala), 15 dados (escrita);
- *Corpus* VARPORT² – 36 dados (fala);
- *Jornal O Globo* – 9 dados (escrita).

¹ D&G - *corpus* do Projeto Discurso & Gramática – *corpus* D&G – seção Rio de Janeiro, organizado em diferentes modos de organização do discurso, a saber: narrativa de experiência pessoal (o informante é solicitado a contar algo que tenha acontecido com ele), narrativa recontada (o informante é solicitado a contar o que alguém contou a ele), relato de procedimento (o informante é solicitado a relatar algo que saiba fazer), relato de opinião (o informante é solicitado a dar sua opinião sobre alguns assuntos polêmicos) e descrição de local (o informante é solicitado a descrever o local em que mais gosta de ficar).

² VARPORT - *corpus* do Projeto *Análise contrastiva de variedades do português* – Projeto VARPORT, que está disponível no site www.letras.br/varport/corpora.html, referente à linha de Pesquisa “Língua e sociedade: variação e mudança”, do Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ, abarcando as modalidades escrita (do século XIX e XX) e falada (*standard* e *substandard*) de ambas as variedades do português.

Como se pode conferir, não se encontraram cláusulas adverbiais condicionais iniciadas pelo conector *quando* no *corpus* VARPORT escrito. Todavia, são freqüentes em textos retirados do *corpus* D&G, com 48 ocorrências em textos de língua falada e 15, nos de língua escrita. Os textos de língua oral do *corpus* VARPORT totalizam 36 dados e a análise dos editoriais do Jornal *O Globo*, 9 ocorrências.

Condicionais e temporais: como diferenciá-las?

Harris (1986) afirma que uma frase temporal relacionada a um tempo passado ou presente ou futuro, com uma leitura não duvidosa ou contrafactual, pode equivaler a uma condição real. Já as orações temporais que não têm como certa uma verdadeira realização são equivalentes a uma condição eventual. Disso se segue que as conjunções condicionais são freqüentemente usadas com valor temporal e que as conjunções temporais são, não raro, mais bem interpretadas condicionalmente. São exemplos do autor:

Se ele de fato veio, ainda assim não solucionou os problemas.

Dado que de fato ele veio, ainda assim não solucionou os problemas.

Embora ele de fato tenha vindo, ainda assim não solucionou o problema.

Quando ele veio, ainda assim não solucionou os problemas.

O que se propõe, nesta pesquisa, é uma abordagem funcional-discursiva da relação hipotática de condição, no português brasileiro. Sabe-se que a análise tradicional das cláusulas adverbiais condicionais pauta-se no pressuposto de que sua classificação sempre estaria relacionada à conjunção que a encabeça. Tal análise mostra-se inadequada e insuficiente, entretanto, por não captar, na articulação das cláusulas com a porção de texto adjacente, outros tipos de relação que poderiam ser inferidos a partir do contexto em que a sentença é encontrada.

Alguns gramáticos tradicionais, como Bechara (1987), já atentaram para a multiplicidade de relações exibidas pela articulação de cláusulas. Dessa forma, o autor aponta que, além de expressarem condição, são também capazes de encerrar idéias de eventualidade, concessão, tempo, sem que se que consiga delimitar esses vários campos de pensamento.

O mesmo pode acontecer com as cláusulas temporais: em muitos casos, podem ser entendidas como condicionais, a depender de certos traços que apresentem. São levadas em consideração, nesse caso, as inferências de caráter pragmático que viabilizam que as sentenças classificadas como temporais sejam interpretadas de forma similar, em determinados contextos, às condicionais.

Neves (2000, p. 831) também admite a possibilidade de mescla da noção de condicionalidade a uma outra noção, no caso, temporal, expressa por outro conectivo, o “*quando*”. A autora

também defende que as construções com “*quando*”, que admitem leitura condicional, são aquelas em que ocorre simultaneidade e que acolhem o traço *não-télico*, ou seja, o *aspecto* imperfeito.

Vejam-se os exemplos a seguir:

(1) “a gente ***quando precisava de alguma coisa não tinha um apoio (...)*** a gente pagava a ele e ele gastava né”.

(L.F.-P.B.-DIAL.-Op-B-90-1m-007)

(2) “***quando chegava algum filme lá... era filme que já tinha passado aqui na cidade um tempão...***”(L.F.-P.B.-DIAL.-Oc-B-9C-001)

Os exemplos (1) e (2) ilustram a teoria que descreve a possibilidade de relação de condição por intermédio de orações encabeçadas pela conjunção “quando”. Nos dois casos transcritos, os verbos das orações condicionais apresentam o traço não-télico, “precisava” e “chegava”. Além disso, nos dois exemplos, pode-se observar simultaneidade de ações entre a prótase e a apódose. Em (1), pode-se entender que as duas ações descritas de “precisar de alguma coisa” e de “não dar apoio” acontecem em um mesmo momento, ou seja, são simultâneas. Assim, se pode concluir a partir do exemplo descrito que, ao mesmo tempo em que se precisa de alguma coisa, esse apoio é negado.

No exemplo (2), ocorre também simultaneidade entre a informação contida na prótase e a informação contida na apódose. Dessa maneira, pode-se entender que ao mesmo tempo em que o filme chega lá, se pode constatar que se trata de filme antigo.

Assim, tais orações poderiam ser reescritas da seguinte forma:

*“a gente se **precisava de alguma coisa** não tinha um apoio (...) a gente pagava a ele e ele gastava né”*

*“se **chegava algum filme lá...** era filme que já tinha passado aqui na cidade um tempão...”*

Pode-se afirmar, portanto, que as sentenças condicionais e temporais possuem aspectos inter-relacionados. Sabe-se que construções nas quais os eventos antecedentes designam ocorrência certa são introduzidas pela conjunção “quando” e os de ocorrência incerta, pela conjunção “se”. Por outro lado, em alguns contextos, essa diferença sutil de significados desaparece, sendo admissível a troca de uma conjunção por outra, sem que o sentido expresso pela sentença subordinada seja alterado (DIAS; VANDERLEI, 1999; REILLY, 1986). Nesse caso, diz-se que ocorre superposição de significados entre as sentenças temporais e condicionais. Como já foi ilustrado anteriormente, há algumas ocorrências nos *corpora* em questão em que isso ocorre:

(3)“*quando você tem um bonito peixe GRANDE...faz ASSADO...no FORNO...é uma delícia recheado com farofa*”.
(L.F.-P.B.-DIAL-Oc-B-70-2f-001)

Se você tem um bonito peixe GRANDE... faz ASSADO... no FORNO... é uma delícia recheado com farofa.

(4)“*quando nós estamos assim perto da do mar se a gente joga alguma coisa no mar e ela vai lá pra baixo ela vai pra onde?*”
(L.F.-P.B.-DIAL-Op-B-90-3m-002)

Se nós estamos assim perto do mar se a gente joga alguma coisa no mar e ela vai lá pra baixo ela vai pra onde?

A superposição de significados se dá quando se pode substituir uma conjunção por outra sem alteração da relação de sentido entre as sentenças em estudo, como se observa na substituição de *quando* em (3) e (4) por *se*.

Reilly (1986) declara que, entre sentenças condicionais e temporais, existem traços que as aproximam:

1. ambas desempenham papéis de sentenças subordinadas, vinculando eventos simultâneos ou seqüenciais, assim como já afirmou Neves (2000);
2. freqüentemente, implicam uma relação causal entre os eventos;

3. têm mobilidade na oração, ou seja, podem ser antepostas ou pospostas à oração principal.

No entanto, como já afirma Hirata-Vale (1999, p. 97), uma diferença significativa entre esses dois tipos de sentença é refletida pelas partículas “*quando*” e “*se*”. Segundo a autora,

“quando implica certeza, ou, pelo menos, a expectativa do falante sobre a ocorrência do evento expresso pela oração antecedente, enquanto “se” assinala a suposição do emissor a respeito do evento antecedente. A ocorrência do evento expresso no antecedente é, desse modo, uma possibilidade a ser considerada. Em suma, a atitude do emissor em relação ao evento ou estado antecedente, tomando-o como um fato ou meramente supondo a possibilidade de sua existência, é o critério de distinção entre estruturas com “quando” ou com “se”.”

Vejam-se os exemplos da modalidade oral, do português brasileiro, que se seguem:

(5) “***quando há temporal*** eles são obrigados a dar o abrigo ao pescador” (L.F.-P.B.-DIAL-Op-B-90-3m-002)

(6) “***quando vê a trovoada que ela está se preparando pra vir a gente puxa a rede***”. (L.F.-P.B.-DIAL-Op-B-90-3m-002)

(7) “*quando saio pra pescar eu procuro sempre lugar mais fundo*”. (L.F.-P.B.-DIAL-Op-B-90-3m-006)

(8) “*quando às vezes assim muda o tempo de repente o mar começa a agitar enche até aqui vocês dizem que aconteceu o quê?*” (L.F.-P.B.-DIAL-Op-B-90-3m-006)

Os exemplos (5), (6), (7) e (8) ilustram os três traços descritos anteriormente. Os quatro segmentos oracionais destacados nos exemplos desempenham papéis de orações subordinadas, isto é, são sentenças que desempenham função sintática de adjunto adverbial dentro de outra oração (que a ela se segue, nos exemplos), hierarquicamente superior – chamada, tradicionalmente, de oração principal. Deve-se lembrar, no entanto, que a proposta funcionalista questiona tal postura tradicional, e entende que nem sempre as cláusulas adverbiais devem ser consideradas encaixadas, devido à sua mobilidade e função discursiva.

Os exemplos antes transcritos ilustram casos de eventos que são simultâneos ou seqüenciais. Por exemplo, na ocorrência transcrita em (5), ao mesmo tempo em que há temporal, no primeiro caso, são obrigados a dar abrigo aos pescadores. No exemplo (6), nota-se que se puxa a rede, no momento em que vê que a trovoada está se preparando para vir; no exemplo (7), a simultaneidade de ações é percebida quando o falante diz que assim que sai, procura lugar mais fundo; por fim, no exemplo (8), a simulta-

neidade é percebida quando se possibilita a interpretação de que no momento em que o tempo muda, o mar começa a se mostrar agitado, pode-se inferir que aconteceu algo.

Do mesmo modo, os quatro fragmentos (orações condicionais) destacados nos exemplos anteriores implicam uma relação causal entre os eventos mencionados. Isso porque se pode inferir a dependência de um acontecimento em relação ao outro: um segmento expressa a condição para o conteúdo de um outro, de forma que se um é verdadeiro, o outro também o será. Há uma relação de causa, embora seja uma causa hipotética. Enfim, a condicionalidade implica sempre a admissão de uma possível causa para uma consequência identificada.

Sobre o terceiro item explicitado anteriormente, sabe-se que as orações subordinadas adverbiais condicionais, em geral, desempenham função de adjunto adverbial da oração a que se subordinam e, assim como a maior parte dos advérbios, possui mobilidade na oração. Podem antepor-se ou pospor-se à oração principal. Também estas cláusulas desempenham funções discursivas, orientam o discurso, o que explica sua mobilidade no enunciado. Nos exemplos anteriores, todas as orações aparecem antepostas à principal.

Além disso, esses tipos de construção sintática aproximam-se do ponto de vista semântico e, segundo Traugott (1985), têm origem no desenvolvimento histórico dos marcadores condicionais. Se for recuperado em muitas línguas, percebe-se que essa

relação já se manifesta: as palavras de origem temporal representam a fonte lexical mais comum para os marcadores condicionais. No inglês, por exemplo, o temporal “**when**” serve tanto à sua velha função temporal quanto à nova função de condicional. Por isso, Traugott (1985) afirma que são uma das fontes lexicais para a formação de marcadores condicionais as palavras que expressam a noção temporal duração (‘por um tempo’) ou, ao menos, aquelas que são, como a palavra “quando”, ambíguas entre os significados durativo e não-durativo, ou, em outras palavras, entre o aspecto durativo e não-durativo.

É sabido que o conectivo “quando”, nos exemplos anteriores, possibilita uma segunda inferência que ele, por sua vez, não está apto a explicitar prototipicamente. A decisão, no caso, para qual inferência (tempo ou condição) é predominante no exemplo estudado só é possível através do contexto, ou seja, no nível do discurso, para o que a análise tradicional é, portanto, insuficiente.

Encontraram-se também dados com esses usos de *quando* na língua oral e na língua escrita, no *corpus* D&G/RJ e nos editoriais do Jornal *O Globo*, respectivamente:

(9) “o lugar onde eu mais gosto de ficar é no meu quarto... né? na verdade não é meu quarto... é meu e do meu irmão... né? tem uma beliche assim... logo na entrada na porta... do lado... perto da janela tem uma beliche... né (...) a gente toca ali... eh... deixa o nosso instrumento... violão... um radiozinho onde a gente... às vezes costuma ficar escutando... temos apenas um circulador... e

*às vezes até diminui... porque **quando está calor...** chega a diminuir o quarto mais ainda... por ser ele pequeno... ainda fica mais espaço do circulador...” (L.F./P.B./D&G/RJ/2ºg/DL)*

*(10) “**Quando se sabe que os encargos trabalhistas representam pouco mais de 100% da folha de pagamentos das empresas, entende-se por que 60% dos que trabalham no Brasil estão no mercado informal, sem carteira assinada.**” (L.E./P.B./EDIT/GLO/2005)*

Como se pode ver, independentemente da modalidade, do gênero e da seqüência textual em que ocorram, o fator mais importante na forma como os conectivos apresentados em português ocorrem é o tempo verbal. Dias e Vanderlei (1999) já haviam constatado que o “quando” se refere a situações nas quais o antecedente é considerado como certo e, por conseguinte, o conseqüente acontecerá.

Os autores afirmam, diferentemente do que apresenta Neves (2000), que, no tempo presente, as conjunções “quando” e “se” são intercambiáveis. Em outras palavras, o tempo verbal em que a oração está expressa é a variável que influencia mais fortemente a aproximação desses dois tipos de sentença. A superposição semântica no presente decorre da alteração no significado do “se” que, nesse tempo verbal, transmite maior certeza do que no passado e no futuro. Conferem-se os exemplos a seguir:

(11) “**quando** **você vende o peixe** você vende direto pras pessoas que vão comer ou você vende pra uma pessoa que vai vender?”

(L.F.-P.B.-DIAL-Op-B-90-1m-007)

(12) “**quando quan/ quando é um peixe bom** bom a gente tira pra gente a gente mesmo a gente pega ele abre ele **quando quer um peixe salgado** a gente abre ele e salga ele” (L.F.- P.B.- DIAL-Op-B-90-1m-007)

Assim, as orações destacadas em (11) e (12) poderiam ser transcritas, sem prejuízo de entendimento por parte de um interlocutor, da seguinte forma:

Se você vende o peixe você vende direto pras pessoas que vão comer ou você vende pra uma pessoa que vai vender?

Se é um peixe bom bom a gente tira pra gente a gente mesmo a gente pega ele abre ele **se quer um peixe salgado** a gente abre ele e salga ele.

Além de serem consideradas as propostas de Dias e Vanderlei (*Op. cit.*), segundo a qual o tempo verbal – presente – pode ser considerado uma variável que influencia a aproximação entre os dois tipos de sentença, e Neves (2000), que afirma ser o aspecto “imperfectivo” o que, dentre outros fatores, possibilita leitura condicional das construções com “quando”, levou-se em consideração outras características verbais. Por exemplo, o modo

ração outras características verbais. Por exemplo, o modo subjuntivo do verbo, em construções como

(13) “*Quando a batata estiver boa, tira e põe sal.*” (L.E./P.B./D&G/RJ/2ºg/RP)

Pode-se admitir um esvaziamento semântico ou *neutralização*, nesse caso, devido ao fato de se poder cambiar uma conjunção por outra, como em

Se a batata estiver boa, tira e põe sal.

Também ocorre uma relação causal: a partir do momento em que o antecedente é verdadeiro (a batata estar, realmente, boa), então, o conseqüente o será (dever-se-á tirar e pôr sal). Constitui-se um evento seqüencial, nesses casos e, por isso, pode-se receber interpretação condicional, segundo Reilly (1986).

Em seus estudos sobre a condicionalidade em português, Hirata-Vale (*Op. cit.*) também constata que as condicionais podem receber leitura temporal ou vice-versa. As variáveis que, segundo ela, contribuiriam para essa superposição seriam a simultaneidade entre os eventos descritos nas duas cláusulas e o conteúdo factual. Assim, em ocorrências como

(14) “*quando é mulher eu digo:-Ô mocinha!*” (L.F./P.B./DIAL/Oc-B-9C-1m-001)

(15) “*quando está calor...chega a diminuir o quarto mais ainda...por ele ser pequeno...*” (L.F./P.B./D&G/RJ/2ºg/DL)

percebe-se, claramente, uma simultaneidade entre os eventos enunciados nas duas cláusulas: ao mesmo tempo em que se constata que “é mulher”, o enunciador diz “ô mocinha”. O mesmo ocorre no exemplo (15), em que se pode conferir simultaneidade em relação aos eventos expostos: no momento em que a temperatura do tempo está alta e, portanto, faz calor, o quarto chega a ser diminuído mais ainda. Além disso, o conteúdo das duas sentenças é factual pelo fato de sua realização ser completamente possível.

Como já afirmou Hirata-Vale (*Op. cit.*), o conteúdo factual das sentenças seria um determinante na leitura de construções com *quando*, com valor condicional. Isso se comprova na análise dos *corpora* desta pesquisa, nos quais foram encontradas 102 ocorrências de cláusulas condicionais encetadas pelo conector *quando*, apresentando o tempo verbal presente do indicativo.

Os outros tempos verbais foram pouco encontrados, mas algumas observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, a leitura condicional para as construções encabeçadas pelo conector *quando*, cujo verbo se apresenta no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, pode ser comprovada, por exemplo, em ocorrências em que há hesitação do falante e dúvida explícita no uso de um ou outro conector. Veja-se o fragmento:

(16) “...minha mãe falou que talvez...**quando eu passasse / se eu passasse** pro segundo grau...ela ia me voltar pra lá...”

(L.F./P.B./D&G/RJ/8^{as}/RO)

Outra ocorrência que se deve mencionar é a de **quando + formal nominal de particípio**, cuja única ocorrência nos *corpora* analisados é a seguinte:

(17) “*De tudo isso resta também a certeza de que acordos políticos costurados em nome da governabilidade são legítimos **quando lastreados em idéias e não em troca de favores.***” (L.E./P.B./EDIT/GLO/2005)

Ainda se pode observar uma ocorrência no *corpus* D&G de construção condicional formada a partir da combinação dos conectivos *a não ser* e *quando*, a saber:

(18) “*tipo...eu tenho uma renda que vem do meu pai... e a gente sente um pouco a situação como é mas... não tem... não tem muito como interferir... não tem muito como fazer nada a respeito... né? Porque está... está um pouco fora do alcance... **a não ser** ((riso)) **a não ser quando...** saem tipo... os movimentos que... que nem teve aqui dos cara-pintadas... né?pra botar... o Collor pra fora e tal... são movimentos assim que... requer muita gente...*” (L.F./P.B./D&G/RJ/3ºg/RO)

O que parece, a partir da análise dos exemplos antes apontados, é que, como já havia afirmado Decat (2001, p. 123), ocorre um “esvaziamento semântico” de algumas conjunções - *quando*, por exemplo - ou locuções conjuntivas e que esse esvaziamento

pode ser observado não só na língua oral, em que é mais comum, mas também na língua escrita, como já foi mostrado.

Quanto à ordenação dessas cláusulas no enunciado, pode-se afirmar que a posição mais freqüente das construções de condição encetadas por *quando* é a anteposição. Contudo, também foram encontrados casos de condicionais encabeçadas pelo conec-tivo *quando* na posição posposta à oração-núcleo.

A posição anteposta é a mais freqüente nos casos de ora-ções encabeçadas pelo conector *quando*. Observa-se, também, que, no Jornal *O Globo*, as ocorrências de condicionais com *quando* pospostas e antepostas são equilibradas – 4 casos de pos-posição e 5 de anteposição. Diferença marcante de comportamen-to se pode observar no *corpus* D&G de língua falada, em que se coletaram 37 dados de anteposição e 5 de posposição.

Considerações Finais

Desse modo, é possível concluir que a relação adverbial condicional, assim como todas as outras, é dada pela relação que se manifesta entre as cláusulas no discurso. Os casos de hipotaxe de realce formam um *contínium*, dentro do qual não há divisões claras e definidas. A conjunção condicional “*se*” pode receber leituras diferentes, que dependem tanto do ambiente sintático como de fatores discursivos.

Uma análise bem-sucedida dessas construções deve ser cal-cada nas inferências suscitadas por meio da análise da porção de

texto em que a cláusula condicional se insere. Existem, portanto, possibilidades de diferentes inferências entre as cláusulas iniciadas por um único tipo de conjunção. O que importa, então, nesse caso, é o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas, isto é, o cotejo dos períodos entre si, e não a marca lexical dessa relação. O conectivo não é o responsável pela classificação das orações, visto que um mesmo conectivo pode ser usado em contextos diferentes.

Referências Bibliográficas:

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A articulação hipotática adverbial no português em uso. **In:** DECAT, M.B.N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, Vanda de Oliveira; LIBERATO, Yara Goulart (Orgs). *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

DIAS, M. G. B. B.; VANDERLEI, R. B. A habilidade de diferenciar se de quando. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 1999. p. 197-208.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HARRIS, M. B. The historical development of si-clauses in Romance. **In:** HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes (1999). *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. São Paulo: UNESP, 1986.

REILLY, J. S. The acquisition of temporals and conditionals. **In:** E. C. Traugott, A. Meulen, J. S. Reilly & C. A. Ferguson (Orgs). *On conditionals*. (309-331). New York: Cambridge University Press, 1986.

TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 265-284.